



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/12/2013

INDICE

| | |
|------------------------------|---------|
| 1. JORNAL A TARDE | |
| 1.1. JUÍZES..... | 1 - 2 |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 2.1. DECISÕES..... | 3 |
| 3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 3.1. DECISÕES..... | 4 - 7 |
| 3.2. DESEMBARGADORES..... | 8 - 10 |
| 3.3. PRESIDÊNCIA..... | 11 - 16 |
| 3.4. VARAS CRIMINAIS..... | 17 |
| 4. JORNAL EXTRA | |
| 4.1. DECISÕES..... | 18 - 19 |
| 5. JORNAL PEQUENO | |
| 5.1. CASO DÉCIO SÁ..... | 20 |
| 5.2. DECISÕES..... | 21 |
| 5.3. OBRAS / REFORMAS..... | 22 |

Pág. 4

TJMA concede medalha de bons serviços a mais de 60 magistrados



TJMA concede medalha de bons serviços a mais de 60 magistrados



A solenidade foi realizada no auditório do TJMA

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro e mais de 60 juízes foram agraciados nesta sexta-feira (13), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima. A comenda representa o reconhecimento do Judiciário pela prestação jurisdicional desenvolvida pelos magistrados.

A solenidade foi conduzida pela presidente em exercício do TJMA, desembargadora Maria dos Remédios Buna. Compuseram a mesa de honra os desembargadores Vicente de Paula, Lourival Serejo, Nelma Sarney (corregedora-geral da Justiça eleita para o biênio 2014/2015) e Gervásio Santos (presidente da Associação dos Magistrados do

Maranhão).

Vicente de Paula Castro, que já recebeu as de cores vermelha e azul, foi condecorado com a medalha branca por ter completado 30 anos de magistratura no ano passado. Ele ressaltou a importância do reconhecimento pelos 30 anos de serviços prestados à Justiça. "É uma homenagem institucional, e sinto que cumpro com o meu dever de magistrado, enquanto cidadão", afirmou.

Criada pela Resolução nº 17, de 3 de outubro de 1986, a medalha ganhou novo formato e nomenclatura, instituídos na sessão plenária administrativa do dia 23 de outubro de 2013. A comenda é concedida com o diploma e a roseta (desenho em forma de flor estilizada) aos magistrados que completarem

dez anos em exercício na magistratura (na cor vermelha), vinte anos (azul) e trinta anos (branca).

As medalhas de 20 anos de exercício, também referentes a 2012, foram entregues aos juízes Raimundo Ferreira Neto, Adinaldo Cavalcante, Genivaldo Silva, Joaquim da Silva Filho, Jesus Guanaré Borges, Milton Bandeira Lima, Rosária de Fátima Duarte, Cleonice Conceição do Nascimento, Luís Costa, Maria Eunice Serra, Ailton Castro Aires, Alice Rocha, Adelman Pereira, José Afonso de Lima, Sebastião Bonfim, Adolfo Pires Neto e Gilberto Lima.

Receberam também por 20 anos de exercício, porém referentes ao período completado em 2013, os juízes Maria Izabel Padilha, Paulo Afonso Gomes, Isabella Lago, Nelson Martins Filho, Ana Célia Santana, Itárcio Paulino da Silva, Eugênia Neves, José Ribamar Heluy Júnior, Ariane Pinheiro, Kátia Coelho Dias, Maria José Ribeiro, Andréa Permultter Lago, José Ribamar Costa Júnior e Marco Antonio Teixeira.

A medalha azul, por dez anos de magistratura, foi concedida aos juízes Cristovão Barros, Anderson de Azevedo, Jaqueline Caracas, Jairo de Moraes, Gisele Rondon,

Francisco Ferreira de Lima, Gladiston Cutrim, Josemilton Barros, Milvan Gedeon Gomes, Marco Aurélio Cutrim Campos, Mário Márcio Sousa, Karla Jeane de Carvalho, Manuella Ribeiro, Ana Beatriz Maia.

Entre os agraciados com dez anos de exercício estão ainda os magistrados Ailton Gutemberg Lima, Joscelmo Gomes, Larissa Tupinambá, Marco André Teixeira, Hóldice Barros, Lavinia Coelho, Francisco Reis Júnior, Day. Tajra Teixeira, Ferdinando Serejo de Sousa, Edeuly Silva, Karine de Castro, Iris Danielle de Araújo Santos, Marcelle Farias Silva, Denise Milhomem, Rogério Montelles, André Bogéa Santos e Marco Aurélio Marques.

Homenageada com a medalha azul de dez anos de magistratura, a juíza Jaqueline Reis Caracas disse que é gratificante receber a comenda. "O Judiciário avançou muito nos últimos 10 anos, e hoje o que nós esperamos também é o reconhecimento da sociedade", declarou.

Para o presidente da AMMA, Gervásio Santos, "a missão de julgar não é fácil e o magistrado em atividade durante 10, 20 e 30 anos é merecedor da honraria concedida pelo Tribunal de Justiça".

Olá, minha fofa, muito bom dia! Espero que estas poucas e mal traçadas venham a encontra-la na santa paz do Nosso Senhor por aí. Por aqui, cidadã, notícia quente mesmo só quem nos fornece são os políticos. São crques nessa história.

Na Assembleia, por exemplo, o deputado Rigo Teles e seu grupo perderam a prefeitura de Barra do Corda no voto. Por conta disso, o prefeito Eric Costa apanha mais do que cachorro quando invade festa. Faça sol ou faça chuva, o Rigo descatita a administração do adversário.

Ainda irritado com a derrota, já travou bate boca com o Tatá Milhomem e outros parlamentares. Os outros deputados até que se mostram condescendentes com o Rigo, já

que nunca lembraram que toda a família do parlamentar, incluindo pai, mãe e irmão, tiveram prisões decretadas pela Justiça, num passado recente sob acusação de desvio de R\$ 50 milhões dos cofres da prefeitura daquele município.

Os petistas não mudam. O ato do PT em defesa dos mensaleiros condenados, em Brasília, seguiu o roteiro esperado: muitos ataques à imprensa e ao Judiciário e nenhuma autocritica. A manifestação, cansativa, não empolgou muitos militantes.

*

O evento ocorreu no quinto congresso do partido, realizado em um luxuoso centro de convenções em Brasília, e estava marcado para as 10h da última sexta-feira.

Táxi-lotação

Uma decisão do Tribunal de Justiça cassou na quarta-feira a liminar que mantinha a permissão para a circulação de táxis-lotação na área Itaqui-Bacanga, em São Luís. A decisão foi alvo de reclamação por parte dos motoristas, que prometem se manifestar nas ruas contra o posicionamento da Corte, que cobra a regulamentação do serviço para que continue em funcionamento.

Flora Dolores



Regina Rocha, Procuradora-Geral de Justiça

"O MP não pode se afastar da sociedade", diz procuradora

A procuradora-geral de Justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha comenta os avanços no trabalho do Ministério Público do Maranhão ao longo deste ano; no balanço, ela trata de fatos marcantes e combate à corrupção no estado

Os fatos marcantes deste ano para o Ministério Público (MP) do Maranhão, o combate aos atos de corrupção, os resultados das ações e as conquistas do órgão são comentados pela procuradora-geral Regina Lúcia de Almeida Rocha em entrevista. A responsável pela instituição acredita que os servidores do MP estão de parabéns por atender a sociedade este ano. "O Ministério Público está de parabéns por ser uma instituição cujas prerrogativas são defendidas pela principal destinatária de suas funções: a sociedade. O que demonstra a sua importância como engrenagem indispensável para a busca e manutenção de um efetivo estado democrático de direito", diz.

O Estado - Qual o fato marcante no ano de 2013 para o Ministério Público do Maranhão?

Regina Rocha - A mobilização, tanto no estado quanto em nível nacional, contra a PEC de nº 37, que a imprensa e opinião pública em geral convencionaram chamar de "PEC da Impunidade", por visar à diminuição dos poderes investigatórios do Ministério Público e de outras instituições.

Numa autêntica e gigantesca manifestação da expressão popular, que surgiu no bojo dos movimentos de junho deste ano, a sociedade abraçou o Ministério Público maranhense e brasileiro, dando-lhe um voto de confiança e exigiu dos parlamentares federais a rejeição da proposta, com a consequente manutenção das atribuições investigatórias, não só do Ministério Público como de outras instituições. E como resultado das manifestações e demonstrando a maturidade da nossa democracia, mesmo os parlamentares que antes inclinavam-se pelo acolhimento da PEC ouviram as vozes das ruas e, em respeito ao

mandato dali emanado que lhes foi outorgado, posicionaram-se contra a provação da medida, que no dia 25 de junho de 2013, em votação histórica, foi rejeitada por 430 dos 441 deputados presentes no Plenário da Câmara Federal.

O Estado - Quanto ao combate aos atos de corrupção, o que está sendo feito pelo Ministério Público do Maranhão?

Regina Rocha - Diante da demonstração de confiança da sociedade, cabe ao Ministério Público multiplicar os seus esforços para atender às justas demandas que essa mesma sociedade lhe coloca, sobretudo em relação ao compromisso no combate à corrupção. Todo agente público deve atuar com observância irrestrita aos princípios que regem a boa Administração Pública, não sendo por outro sentido que foram eles cristalizados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, regra que serve de norte para o administrador público, sob pena de sacrificar vários direitos fundamentais.

Assim, um dos mais graves problemas enfrentados pela coletividade é justamente o de garantir uma administração proba, o que atualmente parece ser uma utopia, vez que diuturnamente a população brasileira testemunha, estarecida, inúmeros escândalos de corrupção envolvendo agentes públicos e políticos de diversos escalões.

O Estado - Houveram resultados dessas ações?

Regina Rocha - Essas ações penais e civis geram condenações por parte do Judiciário, sendo que o Tribunal de Justiça, desde o ano de 2012, já proferiu mais de 30 decisões condenando agentes e ex-agentes públicos por corrupção. Além dessas ações judiciais, o Mi-

nistério Público realiza diversas outras atividades no sentido de fiscalizar os recursos públicos e sensibilizar a população para exercer o controle social, atuando também no combate à corrupção, principalmente através dos programas institucionais.

O Estado - E com relação à Segurança Institucional no Ministério Público, quais medidas estão sendo tomadas?

Regina Rocha - Atualmente, o sistema de segurança pública está na pauta do dia em patamar nacional, ante a crescente onda de criminalidade que toma conta da sociedade, e o Estado do Maranhão, como os demais entes federativos, também enfrenta o problema da violência crescente, que atinge a todos, de forma indistinta. Como sabemos, a atuação de um representante do Ministério Público, assim como a de outros agentes políticos, os torna pessoas visadas por aqueles que vivem às margens da lei e das regras sociais.

O Estado - O que a senhora considera como uma conquista da sua administração no ano de 2013?

Regina Rocha - A valorização, união e respeito entre membros e servidores que foi muito fortalecida, e o crescimento experimental pelo Ministério Público.

Imbuída nesse sentimento de propiciar o crescimento do Ministério Público maranhense, desenvolvemos várias ações durante o ano de 2013, visando ao nosso reaparelhamento humano e estrutural e valorizando aqueles que estão em casa e os inativos, bem como respeitando as entidades classistas de membros e servidores.

No último dia 05 de dezembro, em sessão histórica, o Conselho Superior do Ministério Público do

Maranhão promoveu 20 promotores de Justiça para a capital, em decorrência de 29 cargos criados por intermédio da Lei Complementar nº 155/2013, fato que propiciará uma melhoria necessária na atuação do MP.

O Estado - O ano de 2013 traz motivos para o Ministério Público comemorar?

Regina Rocha - Apesar dos resultados obtidos, não há tempo para comemorar, mas ensejo constante para intensificar ainda mais a luta, atuar com todos os mecanismos de controle e fiscalização e dizer não à corrupção. Procuraremos no ano de 2014 aumentar ainda mais a nossa aproximação com a sociedade, através de eventos e ações sociais como fizemos esse ano com o Ministério Público em Ação em São Luís, na Cidade Operária e Bairro de Fátima.

O Ministério Público não pode se afastar da sociedade, e por isso criamos mais uma Promotoria Itinerante na capital para somar à já existente e as estamos reaparelhando. Além disso, criamos duas promotorias agrárias para atuação em todo o estado e duplicamos diversas promotorias especializadas na defesa dos interesses difusos, tudo para se fazer notar de maneira mais forte a presença do Ministério Público na sociedade.



A procuradora-geral de Justiça Regina Rocha faz balanço no MP



Acreditamos que a expansão do Ministério Público Estadual é fato inarredável e necessário, e somente uma gestão administrativa eficaz poderá permitir que tal processo continue em marcha frequente"

Advogados do estado contestam decisão judicial sobre DPVAT

Com a nova interpretação sobre a comprovação da existência de requerimento administrativo prévio como forma de atestar a validade do processo judicial, cerca de 30 mil ações serão arquivadas; advogados securitários se reunirão com a OAB/MA

Advogados securitários do Maranhão estão contestando a constitucionalidade de decisão judicial segundo a qual, para as ações que envolvam cobrança do seguro por Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre (DPVAT), torna-se indispensável a comprovação da existência de requerimento administrativo prévio como forma de atestar a validade do processo judicial. Em função disso, os advogados se reunirão com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Maranhão (OAB/MA), Mário Macieira, às 10h de amanhã para discutir o tema.

A decisão foi tomada na segunda-feira (9) pela Turma de Uniformização de Interpretações das Leis do Sistema de Juizados Especiais, em sessão presidida pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, com a presença dos advogados da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Com a nova interpretação, aproximadamente 30 mil ações em trâmite no Judiciário estadual serão arquivadas.

Segundo os advogados securitários do estado, esta decisão ocasionará prejuízos irreparáveis aos acidentados que pleiteiam o reconhecimento de seu direito pela via judicial. Ainda de acor-

Mais

O seguro por Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou DPVAT, é obrigatório por lei (6.194/74) e utilizado para indenizar vítimas de acidentes de trânsito causados por veículos motorizados que circulam por terra ou por asfalto. Toda pessoa que sofre um acidente (seja motorista, passageiro do veículo ou pedestre) tem direito a ser indenizada - independentemente de quem seja a culpa - por morte, invalidez permanente ou reembolso de despesas médicas. Nos casos de morte, os herdeiros da vítima são indenizados em R\$ 13,5 mil. Para invalidez, a indenização é de até R\$ 13,5 mil e varia de acordo com a gravidade das sequelas. Em relação às despesas médicas, o valor reembolsado é de até R\$ 2.700,00.

do com eles, a decisão afronta preceitos legais, violando o texto da Constituição Federal, que determina em seu artigo 5º, inciso XXXV, com respeito ao Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário, o seguinte: "A Lei não excluirá do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Para eles, a exigência de requerimento administrativo prévio para o ingresso da ação judicial se mostra uma exigência inconstitucional, configurando o exercício negativo da jurisdição, ocasionando o fechamento das portas do Poder Judiciário aos anseios sociais. Eles também criticam o fato de a decisão ter sido tomada em sessão sem a presença de representantes da sociedade civil.

Valores - Outra crítica dos ad-

ogados securitários diz respeito à tabela, que feriria o princípio da dignidade da pessoa humana, outro fundamento constitucional. A crítica refere-se ao fato de a tabela, elaborada pela Seguradora Líder, determinar valores percentuais para cada membro do corpo das vítimas de acidentes de trânsito que fiquem com alguma sequela. Para os advogados, a tabela atende apenas aos interesses econômicos da seguradora, que pagaria apenas o valor administrativo previamente estabelecido, em vez de não efetuar o pagamento integral ao seu segurado e se apropriar da diferença devida à vítima do acidente de trânsito.

Por exemplo, um cidadão que, em decorrência de aciden-

te de trânsito, sofra perda integral do seu baço, se fizer requerimento administrativo (por exemplo, via Correios), receberia no máximo R\$ 1.350,00, conforme tabela confeccionada pela seguradora. Já se o autor pleitear o seu direito pela via judicial, o mesmo poderia alcançar a quantia de R\$ 13.500,00, ainda acrescidos de juros, correção e atualização monetária.

Os advogados securitários mencionam ainda que, em maio de 2007, entrou em vigor a Lei nº. 11.482/2007, determinando que o valor do seguro DPVAT alcançaria a quantia máxima de R\$ 13.500,00, alterando a Lei nº. 6.194/74, que determinava o pagamento de 40 salários mínimos. Desta forma, desde 2007 o valor do seguro DPVAT encontra-se inconstitucionalmente congelado, ocasionando prejuízos irreparáveis aos acidentados.

Para os advogados, as modificações legais têm o objetivo de capitalizar as seguradoras, ao permitir que elas arrecadem o DPVAT, mas, na prática, não paguem as indenizações para as vítimas de acidentes de trânsito. Por isso, foi convocada reunião para amanhã, entre advogados securitários e Mário Macieira para definirem ações que garantam os direitos das vítimas de acidentes de trânsito.

Livro de Lourival

O desembargador Lourival Serejo foi o intelectual que mais lançou livro este ano em São Luis.

Como é um escritor eclético, publicou um livro de poesia "Pescador de memória"; em seguida, o ensaio "Aluísio Azevedo sempre".

Nesta terça-feira, às 17h, no salão nobre do Tribunal de Justiça, Lourival relança "Direito Constitucional da Família", obra refeita como se fosse um livro novo, com conteúdos diferentes, mas permanecendo intocável na perspectiva constitucional.

Alternativo

Livro relata mudanças nos direitos da família

Página 1

Novo modelo familiar em publicação

Divórcio direto, união estável, casamentos homoafetivos e os direitos constitucionais da nova família são temas da obra do desembargador Lourival Serejo; livro será lançado terça-feira, na sede do Tribunal de Justiça

A partir da Constituição Federal de 1988 foram instaurados a igualdade entre homem e mulher e o conceito de família. Contudo, com a constante mutação e readaptação nas relações familiares dos últimos anos, as alterações legislativas tornaram-se inevitáveis. Com o intuito de analisar o Direito de Família na perspectiva constitucional e difundir as transformações com a evolução da jurisprudência, o desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Lourival Serejo, lança terça-feira a 3ª edição atualizada de sua obra *Direito Constitucional da Família*, no Salão Nobre do TJMA (Praça Pedro II, Centro), às 17 h.

"Esta obra é voltada para a análise da força principiológica da nossa Constituição e sua repercussão no Direito de Família, com o efeito de uma nova onda que se elevou em todas as

constituições contemporâneas", explica Lourival Serejo. O livro contempla a nova emenda constitucional do divórcio direto, união estável homoafetiva e casamento homoafetivo.

Serejo enfatiza que, na essência, são três edições com conteúdos diferentes, permanecendo intocável apenas o projeto da obra, que é estudar o Direito de Família na perspectiva constitucional. "A primeira edição, de 1994, refutava as inconstitucionalidades do Código Civil de 1916. A segunda, publicada em 2004, adaptou o livro ao novo Código Civil Brasileiro de 2003 e esta última versão (2013) é uma adequação à evolução da jurisprudência marcada pelas grandes inovações no Direito de Família verificadas nos últimos anos", ressalta.

Revolução - Para o presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM) e autor do prefácio do livro, Rodrigo da Cunha Pereira, houve uma verdadeira revolução no Direito de Família. Revolução que se deu a partir da igualdade de direitos entre homens e mulheres, isonomia conjugal, legitimação de todos os filhos (dentro ou fora do casamento), reconhecimento de todas as representações sociais da família, dando legitimidade a todas elas.

"Mesmo com o Código Civil, que entrou em vigor em janeiro de 2003, muitos princípios constitucionais continuaram não contemplados pelas regras desse 'novo' diploma legal. Daí a importância de se pensar, escrever e estruturar um Direito Constitucional de Família", salienta Pereira.

Rodrigo Pereira destacou que o desembargador maranhense, ex-presidente do IBDFAM-MA, foi pioneiro em organizar o Direito Constitucio-

nal da Família, transformando-o em livro. "É nesse sentido que Lourival Serejo, um talentoso 'escrevinhador', traduz e encarna a boa hermenêutica constitucional para o Direito de Família", conclui.

“

Esta obra é voltada para a análise da força principiológica da nossa Constituição e sua repercussão no Direito de Família, com o efeito de uma nova onda que se elevou em todas as constituições contemporâneas"

Lourival Serejo,
Desembargador

Serviço

- **O quê**
Lançamento do livro *Direito Constitucional da Família*, de Lourival Serejo
- **Quando**
Terça-feira, às 17h
- **Onde**
Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão



O desembargador Lourival Serejo lançará terça-feira livro sobre os novos modelos familiares

Editorial

Orçamento, balanço e avaliação

O programa Viva Maranhão, que é a mola mestra das ações do Governo do Estado, será a base dos investimentos previstos no orçamento do Governo do Estado para 2014 e que deve ser aprovado pela Assembleia Legislativa na próxima semana. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, faz um balanço expressivo das realizações da sua gestão, assim como a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, numa entrevista na qual defende a instituição que comanda. Na linha das avaliações, o reitor da UFMA, Natalino Salgado, dá uma série de informações e explicações acerca dos avanços que vêm movimentando a instituição.

Com as finanças bem ajustadas, baseada na cultura de gastar bem e não mais do que pode, situação elogiada até pelos exigentes técnicos do tesouro nacional, o Governo Roseana Sarney definiu uma grande programação de obras e investimentos em 2014, ano em que contará com um orçamento no valor de R\$ 14 bilhões. De acordo com o secretário de Planejamento, João Bringel, que, por recomendação da governadora e por visão técnica, comanda as finanças do governo com rigor técnico e mão de ferro, o objetivo principal do orçamento de 2014 é concluir as obras do Viva Maranhão.

Enquanto o Poder Executivo se prepara para enfrentar 2014, o Poder Judiciário vive o fim de gestão que contribuiu para melhorá-lo. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, cujo mandato termina quarta-

feira, com a renúncia dele, fez um alentado balanço do seu período de dois anos à frente do Poder. nesse período, o Judiciário deu passos importantes no processo de modernização, como a ampliação do número de juízes e desembargadores.

Quem vai hoje ao Campus do Bacanga encontra ali uma estrutura bem mais ampla e de melhor qualidade, fruto dos esforços da atual gestão

Na mesma linha, a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, diz, em entrevista, que o Ministério Público do Maranhão cumpriu o seu papel e fez os in-

vestimentos possíveis no sentido de modernizar-se. De fato, o Ministério Público do Maranhão tem dado fortes demonstrações de que se consolida como uma instituição comprometida com as suas obrigações constitucionais, o que dá mais garantias à sociedade.

Informações de grande interesse público também estão sendo dadas nesta edição pelo reitor da UFMA, Natalino Salgado, sobre a expansão da instituição. Nos últimos três anos, a universidade vem vivendo o que talvez seja o seu momento maior de afirmação. Hoje regionalizada, com campi importantes em São Luís, Pinheiro, Bacabal, Imperatriz e Chapadinha, a principal instituição de ensino superior do Maranhão investe na sua infraestrutura e na abertura de cursos, entre eles o de Medicina. Quem vai hoje ao Campus do Bacanga encontra ali uma estrutura bem mais ampla e de melhor qualidade, fruto dos esforços da atual gestão, da bancada federal e da resposta positiva dos organismos federais.

Essas e outras informações tornam a presente edição densa e rica. Uma boa leitura.

Estado Maior

Acordo garante normalidade na Justiça Eleitoral

Um grande acordo garantiu que o novo comando do Tribunal Regional Eleitoral será eleito sem disputa. Na sessão de quarta-feira, o TJ elegerá o desembargador Guerreiro Jr. para o TRE, que por sua vez elegerá presidente o desembargador Froz Sobrinho. **Página 3**

Harmonia na Corte

As forças que comandam o Poder Judiciário impuseram perdas totais aos que apostaram que a nova formação do comando da Justiça Eleitoral seria o resultado de um confronto aberto no plenário do Tribunal de Justiça. Não será. Um intenso processo de articulação conseguiu desarmar os ânimos, acomodar interesses e manter as regras.

O resultado é que na próxima quarta-feira o atual presidente do TJ, desembargador Guerreiro Júnior, vai renunciar para ser eleito para a vaga que será aberta com o encerramento do biênio do desembargador José Bernardo Rodrigues no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA). Como suplente deve ser eleito o desembargador Ricardo Duailibe. A essa definição se seguirá a eleição do novo presidente e do novo vice-presidente e corregedor da Justiça Eleitoral.

Inicialmente, estava previsto que Guerreiro Júnior, eleito para substituir José Bernardo, disputaria a presidência da Justiça Eleitoral. O projeto, no entanto, quebraria a regra segundo a qual, com o fim do biênio do atual presidente, o vice-presidente e corregedor ascende à presidência. A vez de presidir a Justiça Eleitoral será, portanto, do atual vice-presidente e corregedor, desembargador Froz Sobrinho.

Em meio a articulações, o desembargador Guerreiro Júnior percebeu que o plenário do TJ começava a viver um clima de disputa, que poderia resultar em desfecho imprevisível, e com isso, a cúpula do Judiciário terminaria sua bem-sucedida gestão dividida. Na terça-feira, reuniu os principais articuladores e anunciou que vai para TRE-MA para ser o vice-presidente e o corregedor eleitoral. Froz Sobrinho será eleito presidente.

A atitude do presidente Guerreiro Júnior eliminou a tendência de disputa acirrada e manteve no Pleno do Tribunal de Justiça a harmonia que alguns viram ameaçada.

Presidente do TJ faz balanço de sua gestão

O TJMA conseguiu cumprir 80% das metas do Judiciário nacional em 2012, disse o presidente Guerreiro Júnior em balanço da gestão. **Geral 6**

Guerreiro Júnior faz balanço de sua gestão no Tribunal de Justiça

Investimentos nas áreas de serviço jurisdicional, administrativa, tecnologia e segurança e em construção e melhoria de fóruns e juizados possibilitaram à Corte maranhense cumprir 80% das metas do Judiciário nacional em 2012

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, finalizou o relatório de atividades da gestão 2012/2013, com o demonstrativo das principais ações realizadas ao longo do biênio. Conforme o levantamento, o TJMA conseguiu cumprir, integralmente, 80% das metas do Judiciário nacional no ano passado. Para este ano, a expectativa é de que o desempenho supere 90% das metas planejadas, até o fim deste mês.

Os investimentos feitos nos serviços judiciários, somados ao esforço dos magistrados e servidores, alcançaram resultados positivos e foram reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no levantamento anual *Justiça em Números*.

Na área jurisdicional, o TJMA alçou o 4º lugar em produtividade entre as Cortes estaduais de médio porte. É o 3º em maior número de processos julgados, relacionados a improbidade administrativa e crimes contra a administração, dos que foram distribuídos até o fim de 2011.

Na área administrativa, algumas ações repercutiram positivamente nos resultados obtidos em áreas estratégicas. Os investimentos em serviços de engenharia alcançaram o montante aproximado de R\$ 200 milhões em obras de construção, ampliação, reforma e manutenção predial. Mais de 90% desse valor foi aplicado nas unidades jurisdicionais da Justiça de 1º grau.

Os fóruns que se encontravam em fase inicial de constru-

ção, com obras em andamento ou ainda na planta, foram concluídos e entregues à comunidade. Foram construídos nove fóruns nas comarcas de Pio XII, Carutapera, Riachão, Santa Rita, Rosário, Morros, São Francisco do Maranhão, Lago da Pedra e Santa Luzia do Paruá.

A construção de fóruns ainda está em andamento nas comarcas de Buriticupu, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Porto Franco e em Imperatriz, este em estágio avançado. As obras prosseguem também no Juizado Cível e Criminal de Santa Inês e Salão do Júri da Comarca de Barra do Corda.

Outros 27 fóruns foram reformados. As intervenções também chegaram a 11 juizados especiais, que foram beneficiados por reformas e melhorias estruturais e reordenamento dos espaços físicos. Na capital, os serviços dotaram as instalações dos juizados de melhores condições de funcionamento nos bairros São Cristóvão, Coroado, Turu, Maracanã, Renascença, Centro e Olho d'Água.

Na sede administrativa do TJMA, foram reformados gabinetes de desembargadores, setores administrativos e sedes dos projetos especiais, como Ouvidoria, Casa da Criança e a Creche do Poder Judiciário.

Tecnologia - Nos últimos dois anos, foram investidos mais de R\$ 48 milhões no incremento da rede de dados e de telefonia em diversas unidades judiciais, com destaque para os juizados especiais e comarcas do interior.

Estão interligadas as redes de telefonia do Tribunal de Justiça, do Fórum de São Luís, da sede administrativa e das comarcas de Açailândia, Imperatriz e Timon. A Corregedoria Geral da Justiça também está conectada ao sistema do Tribunal.

Um novo Data Center, equipado com gerador de energia e no-break, foi instalado para gerenciar o volume crescente de dados processados diariamente. A nova estrutura custou R\$ 3 milhões e assegurou maior tráfego de informações, garantindo mais segurança e proteção aos procedimentos virtuais. Foram adquiridos e distribuídos mais de 2.500 computadores e 2.500 no-breaks para as comarcas do interior. Diversas comarcas receberam também os kits de gravação de audiência.

Em 2012, foi iniciado o projeto de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), que substituirá a tramitação de papéis pelo processo digital. A primeira unidade judicial 100% virtual implantada foi o Juizado da Fazenda Pública da comarca de São Luís, em outubro deste ano, e seguirá para as demais unidades nas próximas gestões.

Segurança - As ações na área de segurança institucional foram reforçadas com a capacitação de magistrados e servidores e o aparelhamento das unidades judiciais e administrativas.

O trabalho começou com o intercâmbio de experiências com os tribunais dos estados do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e

Pernambuco e prosseguiu com a capacitação de 185 multiplicadores, beneficiados com os cursos de Instrução de Tiro, Sistemas e Técnicas de Segurança Aplicadas, Treinamento para Composição de uma Brigada de Incêndio e Segurança nas Mídias Sociais.

Como resultado, foi criada a Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI), que deu início ao planejamento das ações, resultando no reforço de vigilância armada na capital e interior, ocupados por policiais militares da reserva remunerada e seguranças privados.

O quadro de policiais e bombeiros militares da reserva foi reforçado com 333 homens, que se somaram a mais 344 seguranças armados. O Tribunal aprovou a criação do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (Funseg), destinado a suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros destinados à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, além da estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades com mencionada finalidade.

As receitas do Fundo são constituídas com a destinação de 2% a 4% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).

Servidores também obtêm melhorias

A Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) passou a se constituir em uma ferramenta de gestão estratégica. O modelo implantado em 2011 foi aperfeiçoado para promover mudanças no ambiente organizacional com foco na melhoria das práticas internas, celeridade nas demandas judiciais e efetividade na solução dos conflitos em sociedade.

A GPJ, que contemplava inicialmente apenas as unidades que atingissem as metas e obtivessem melhor resultado, comparadas às demais, foi redirecionada e todas as unidades que cumpriram suas me-

tas foram contempladas.

O pagamento da GPJ passou de R\$ 2.908.117,09 (2011) para R\$ 5.896.190,00 (2012), ampliando o benefício para mais 1.087 servidores. Em 2013, os servidores que alcançaram as metas foram novamente reconhecidos com aporte de mais de R\$ 10 milhões para o pagamento da gratificação.

O poder aquisitivo do servidor foi reforçado também com a liberação do percentual de 11, 98%, correspondente à implantação da URV, e com ampliação do quadro de concessão da Gratificação por Atividade

de Judiciária (GAJ), que resultaram em 920 novas inclusões. Os valores dos auxílios alimentação e saúde foram majorados, passando de R\$ 330,00 para R\$ 726,00 e de R\$ 165,00 para R\$ 300,00, respectivamente.

As reposições inflacionárias referentes aos servidores, nos anos de 2011 e 2012, foram feitas na ordem de 6,33% e 6,30% para cada ano. Para os magistrados, a reposição foi de 5%. A classe ainda obteve a implantação do auxílio-moradia, definido em 10% do seu subsídio.



Desembargador Antônio Guerreiro Júnior diz que o Tribunal de Justiça do Maranhão obteve avanços

Números

R\$ 200

Milhões

Foi o montante aplicado em obras de construção, ampliação, reforma e manutenção predial

27

fóruns foram reformados em municípios

11

juizados especiais passaram por reformas, melhorias estruturais e reordenamento dos espaços físicos

Jurados condenam acusados de assassinato

Foram condenados a cumprir 27 anos e 20 anos de reclusão, respectivamente, por homicídio, José Sérgio Pereira Costa, conhecido como *Zezinho*, de 32 anos, e Arthur Bayma de Oliveira, de 24 anos. Segundo a Justiça, eles mataram com um tiro na cabeça, no início da manhã do dia 21 de julho de 2010, no bairro Anjo da Guarda, Wanderson Pereira e Pereira, conhecido como Sonson, de 20 anos.

Segundo investigou a Polícia Civil, o crime foi motivado por uma desavença entre os criminosos e a vítima, dias antes, em uma festa de reggae no bairro Madre Deus. Os réus compareceram ao julgamento, segunda-feira (9), no 2º Tribunal do Júri de São Luís. O juiz Gilberto de Moura Lima decretou a prisão preventiva dos réus e os encaminhou ao Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas.

Ainda de acordo com a denúncia do Ministério Público, no dia

do crime os acusados chegaram à festa em uma moto, conduzida por *Zezinho*. Arthur Bayma de Oliveira teria descido do veículo, caminhado até a vítima e a empurrando contra um ônibus. Em seguida, tirou o boné que a vítima usava e disparou contra ela à queima-roupa. Wanderson foi socorrido, levado ao hospital em estado grave, mas morreu seis dias depois.

Interrogado pela polícia e em juízo, Arthur Bayma de Oliveira alegou que na data do crime encontrava-se dormindo em sua casa, enquanto José Sérgio Costa alegou que, nesse dia, havia pegado uma carona com um colega de trabalho, chegando atrasado ao serviço devido a um engarrafamento no trânsito. Os jurados, entretanto, rejeitaram as teses da defesa e não absolveram os acusados.

Arthur Bayma de Oliveira foi condenado inicialmente a 21 anos de reclusão, mas, por ser réu primário, teve a pena reduzida em seis meses, pois na época do crime era menor de 21 anos. José Sérgio Pereira, ao contrário, foi sentenciado a 23 anos e três meses de prisão, mas teve um agravo de pena por já responder a outro processo de homicídio, na 4ª Vara do Tribunal do Júri.

Funcionário do Mateus é **morto** ao reagir a assalto

POR VOLTA DAS 18H30 DE SEXTA-FEIRA 13, ACONTECEU UMA TENTATIVA DE ASSALTO À LOJA ELETRO MATEUS, DO BAIRRO CANOEIRO, EM GRAJAÚ. A AÇÃO CRIMINOSA TERMINOU NO ASSASSINATO DO FUNCIONÁRIO DA LOJA, DIEGO MARQUES CELESTINO, 21 ANOS.

PÁGINA 11



Funcionário do Eletro Mateus é morto em assalto na loja

Por volta das 18h30, da última sexta, aconteceu uma tentativa de assalto à Loja Eletro Mateus do bairro Canoeiro, em Grajaú. A ação criminosa resultou no assassinato do funcionário do Grupo Mateus, Diego Marques Celestino, de 21 anos.

Segundo informações do capitão da Polícia Militar, Jean Levi Cavalcante, que assistiu trechos do circuito de imagens interno e externo da loja, Diego teria reagido ao assalto, protagonizado por dois homens armados e um terceiro que monitorava o movimento da rua. Para o capitão, a reação de Diego foi a causa imediata que terminou em seu assassinato.

“Diego fez aquilo que não aconselhamos: reagiu a uma tentativa de assalto. Tentou tomar a arma do elemento na porta da loja. O parceiro do bandido viu e disparou três tiros contra ele”, afirmou o policial.

Segundo alguns funcionários que presenciaram o crime, mas não quiseram se identificar, Diego ainda saiu rastejando, mas o bandido continuou disparando até o jovem parar de bruços.

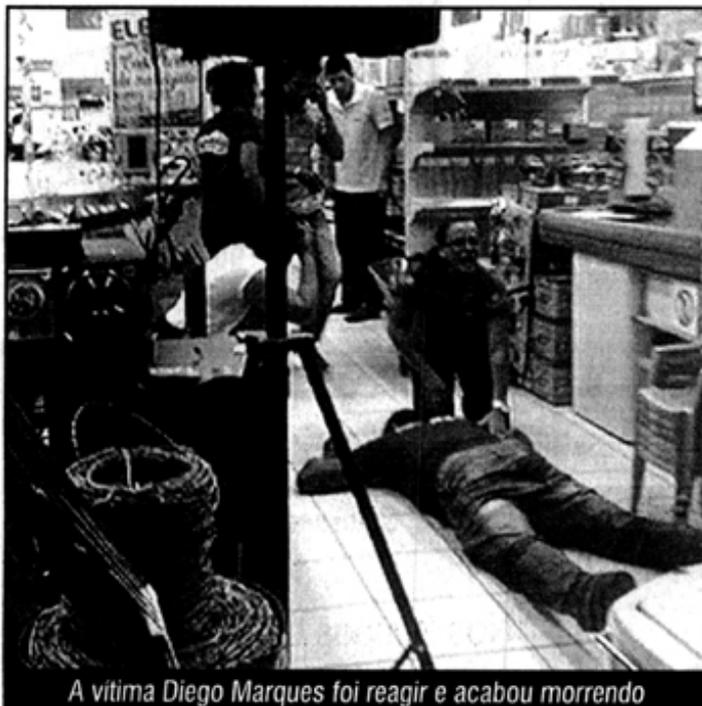
Ainda segundo os colegas da vítima, os três comparsas foram embora sem capacete numa única moto.

Os bandidos foram frios. Estavam de “cara limpa” e, antes do acontecido, eles

observaram bem a movimentação da rua e da loja. Um irmão do prefeito Júnior Ot-suka estava minutos antes do ocorrido e, de acordo com os funcionários, os bandidos esperaram apenas ele sair para poderem executar toda a ação. O capitão Jean Levi confirmou também que dois deles ainda sentaram e conversaram com uma senhora vizinha à loja. O PM lamentou o ocorrido e cobrou mais rigidez por parte da Justiça.

“Infelizmente a lei é branda. Se não conseguirmos prendê-lo em menos de 24h, elementos como esses que assassinaram um cidadão trabalhador podem muito bem se apresentarem depois na Delegacia de Polícia, serem ouvidos e depois irem embora. Isso gera mais violência simplesmente porque ele não foi preso em flagrante. Depois ele ficará aguardando a sociedade julgá-lo. Sociedade esta que pode entender em não condená-lo”, afirmou. Jean Levi disse também que muitos crimes acontecem por que o autor confia que sairá impune.

“Tem casos aí com mais de um ano que a prisão nunca foi decretada. Não estamos aqui para justificar, mas toda vez que um crime acontece é por que a ação preventiva falhou e a Polícia Militar é quem faz isso. Nós não vamos discutir erros, mas vamos buscar identificar quem foi o autor”.



A vítima Diego Marques foi reagir e acabou morrendo

►► Lembra aquela autoridade envolvida na morte do Décio????!!! Pois é, gente..., apesar de ter sido presenteado pela quadri-lha com um carrão e viagens internacionais, tudo comprovado nas investigações, o 'dito-cujo', na surdina, foi inocentado pela sua instituição..., tudo na maior 'cara-du-ra'!!! Será que o MP vai aceitar isso????!!!

Justiça condena prefeito Filuca Mendes a perder direitos políticos

JORGE VIEIRA

O juiz da Primeira Vara da Comarca de Pinheiro, Anderson Sobral de Azevedo, ao julgar duas ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual, condenou o prefeito Filuca Mendes à perda dos direitos políticos por oito anos e ressarcimento aos cofres do município de aproximadamente R\$ 700 mil, fruto, segundo o MP, de irregularidades na prestação de contas de dois convênios firmados com a Secretaria de Educação do Estado para fins de transporte escolar e formação de professores.

Na primeira ação, apresentada pela promotora Geraulides

Mendonça Castro, o magistrado condenou Filuca por não ter prestado contas do convênio para contratação de transporte escolar, no valor de R\$ 240 mil, enquanto o segundo processo decorreu de irregularidades apontadas pelo Ministério Público na prestação de contas do convênio para a formação de professores, no valor de R\$ 449.767,68.

Inelegível – As duas ações o deixaram inelegível para as próximas eleições, mas ele ainda pode recorrer ao Tribunal de Justiça. Especialistas em direito

eleitoral garantem que Filuca pode embargar a sentença do juiz, o que interrompe o prazo para interposição da apelação e caso os embargos sejam rejeitados ele pode apelar ao TJ-MA com efeito suspensivo. Como o prefeito deve recorrer das sentenças, os efeitos da decisão permanecerão suspensos até que o Tribunal de Justiça do Estado se posicione. Ele ainda não foi intimado oficialmente (não houve juntada aos autos do mandado cumprido) em ambos os processos, o que significa que os prazos ainda não estão abertos.



PREFEITO DE Pinheiro, Filuca Mendes, foi condenado a perda dos direitos políticos

IMPERATRIZ

MPF recomenda paralisação de obras do TJ que comprometem segurança de aeroporto

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz (PRM/Imperatriz) recomendou ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e à construtora Lua Nova Construções que paralise imediatamente as obras de construção do prédio do novo fórum da cidade, até que seja obtida a devida autorização do Primeiro Comando Aéreo Regional da Aeronáutica (Comar) para sua realização.

É recomendada também a retirada ou sinalização dos guindastes que se encontram no local das obras ou a adoção de outra providência que seja determinada pelo Comar. Tal medida visa resguardar a segurança da pista de pouso e decolagem do aeroporto de Imperatriz, localizada em uma área próxima à construção do edifício do TJ-MA, situado no Bairro Ayrton Senna, com altura aproximada de 36 metros.

Segundo a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), é imposto um limite à

implantação de edificações que possam ferir a zona de proteção ao voo, ferindo, também, a zona de proteção VOR, que é composta por duas superfícies limitadoras de obstáculos, não sendo permitida a existência de implantações que ultrapassem os limites destas superfícies.

A Infraero afirma que a obra está sendo operada com três guindastes de altura elevada e nenhuma sinalização com lâmpadas de obstáculos, o que resulta na preocupação de que a obra cause risco às operações dos voos no aeroporto.

De acordo com o Comar, não há qualquer requerimento protocolado para obter a autorização necessária para a realização das obras pelos responsáveis, caracterizando a implantação como irregular. A recomendação estabelece um prazo de três dias para que o Tribunal de Justiça e a construtora Lua Nova Construções se manifestem. *(Ascom do MPF-MA)*